

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

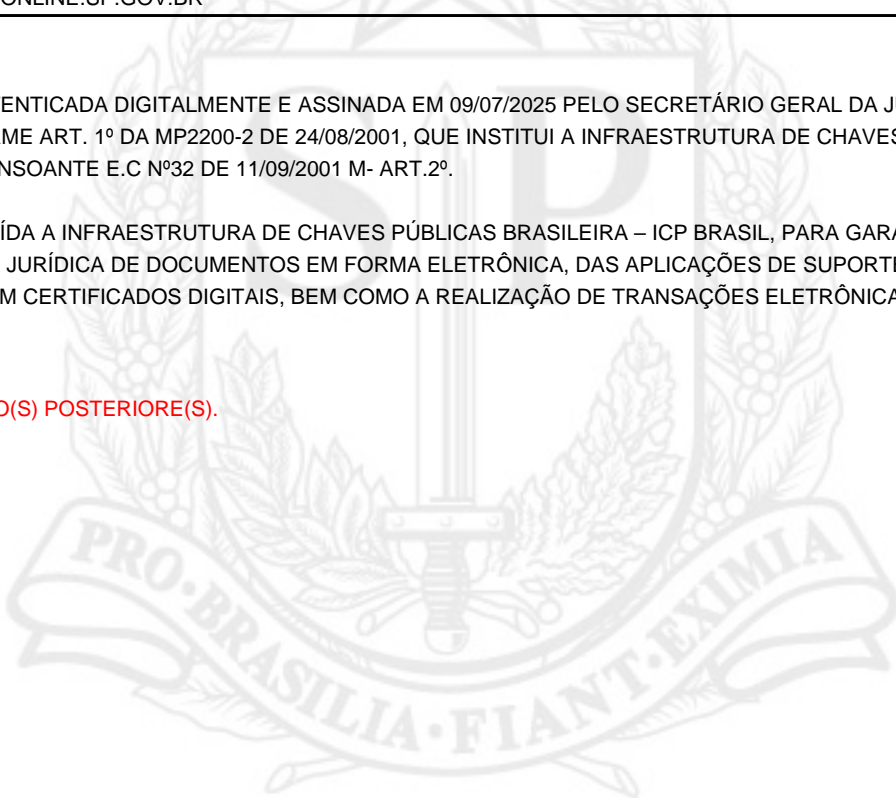
| DADOS DA EMPRESA | | | |
|--|----------------------------|--|------------------------------------|
| NOME EMPRESARIAL LOGBRAS EMBU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A. | | TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES | |
| NIRE 35300436768 | CNPJ 14.251.438/0001-57 | NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 216.504/25-9 | DATA DO ARQUIVAMENTO 30/06/2025 |

| DADOS DA CERTIDÃO | | |
|--|-------------------------------|---------------------------------|
| DATA DE EXPEDIÇÃO 09/07/2025 | HORA DE EXPEDIÇÃO 09:50:21 | CÓDIGO DE CONTROLE 271690078 |
| A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR | | |

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 09/07/2025 PELO SECRETÁRIO GERAL DA JUCESP – ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

EXISTE(M) ARQUIVAMENTO(S) POSTERIORE(S).





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO
2.388.462/25-3



CONTROLE INTERNET
034840275-9



CAPA DO REQUERIMENTO
CONTÉM AMARRADO
MANUALMENTE

DADOS CADASTRAIS

| | | | |
|---|-----------------------------------|---|-------------------------|
| ATO Inclusão/Alteração de Integrantes; | | | |
| NOME EMPRESARIAL LOGBRAS EMBU EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. | | | PORTE Normal |
| LOGRADOURO Rua Casa do Ator | NÚMERO 559 | COMPLEMENTO SALA 08 | CEP 04546-000 |
| MUNICÍPIO São Paulo | UF SP | TELEFONE | EMAIL |
| NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0 | CNPJ - SEDE 14.251.438/0001-57 | NIRE - SEDE 3530043676-8 | |
| IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: RODRIGO SANTOS TOMAS (Procurador) | | VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 562,70 DARF: R\$,00 | SEQ. DOC. 1/1 2/3 |
| ASSINATURA: DATA: 28/05/2025 | | | |

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

| | | |
|--|-----------------------------|--|
| CARIMBO PROTOCOLO JUCESP - SEDE GUICHÊ 10 ★ - 25 JUN 2025 ★ PROTOCOLO | CARIMBO DISTRIBUIÇÃO | CARIMBO ANÁLISE JUCESP DEFERIDO 27 JUN 2025 Marcelo Bastos Riquelme Neto Assessor Técnico da Junta Comercial R.D.: 16.419.333-9 |
|--|-----------------------------|--|

| | | |
|---|--|---|
| ANEXOS: | EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE | ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO |
| <input type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros | <input type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão | CERTIFICADO O REGISTRO SOB O NÚMERO 216.504/25-9 ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO |

OBSERVAÇÕES:

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96





JUCESP PROTOCOLO
2.388.462/25-3

JUCESP
30 06 25



LOGBRAS EMBU EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ nº 14.251.438/0001-57

NIRE 35.300.436.768

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025**

FSP - SFE

SUICHÉ 10

5 JUN 2025



PROTOCOLO

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 30 de abril de 2025 às 15h30, na sede social da Logbras Embu Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”), na Rua Casa do Ator, 559, sala 08, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04546-000.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação encaminhada aos acionistas na forma e prazo previstos no Estatuto Social da Companhia. Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no Artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”), em decorrência de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas.
3. **MESA:** Presidente: Nerian Gussoni de Oliveira; Secretário: João da Cruz Mellão.
4. **PUBLICAÇÕES:** Em observância ao Artigo 133, da Lei das S.A e conforme permitido pelo Artigo 294 da Lei das S.A., regulamentado pela Portaria nº 12.071/21 do Ministério da Economia, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, foram divulgados na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED em 17 de março de 2025 - Demonstrações Financeiras Logbras Embu - <https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracao-publicada/186702>.
5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“Exercício 2024”); (ii) a proposta de destinação do resultado da Companhia no Exercício 2024; e (iii) a eleição e/ou reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.
6. **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas presentes discutiram as matérias da ordem do dia e foram tomadas as seguintes deliberações:
 - 6.1. Por **unanimidade** de votos, **aprovar sem ressalvas** as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao Exercício 2024, conforme divulgadas nos termos do item 4 acima.

NG

JM

EB

Clicksign 274fb302-d526-4292-91b2-3e5512ffac8e

1



6.2. Por **unanimidade** de votos, **aprovar sem ressalvas** a destinação do lucro líquido apurado pela Companhia no Exercício 2024, no valor de R\$ 4.749.272,75 (quatro milhões, setecentos e quarenta e nove mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos), da seguinte forma: **(i)** R\$ 237.463,64 (duzentos e trinta e sete mil, quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos) para a conta de reserva legal; e **(ii)** R\$ 4.511.809,11 (quatro milhões, quinhentos e onze mil, oitocentos e nove reais e onze centavos) será reclassificado como “reserva de lucros a realizar”; de forma que foi aprovada, por unanimidade, a retenção integral do lucro líquido apurado pela Companhia no Exercício 2024, nos termos do artigo 202, §3º, da Lei das S.A..

6.3. Por **unanimidade** de votos, **aprovar sem ressalvas** a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025: (a) Sr. **Marcos Adolfo Tadeu Senamo Amaro**, brasileiro, casado, artista, portador da cédula de identidade RG nº 34.476.447-3 (SSP/SP), inscrito sob o CPF sob o nº 319.018.448-89, residente e domiciliado na Cidade de Lugano, Suíça, em Via Castausio 6, 6900, para ocupar o cargo de membro e Presidente do Conselho de Administração; (b) Sr. **João da Cruz Mellão**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 35.115.484 (SSP/SP), inscrito no CPF sob nº 316.483.188-94, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Olimpíadas, 200, 10º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-000, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração; e (c) Sra. **Ksenia Kogan Amaro**, russa, casada, pianista, portadora do RNE nº G4446673 - DF, inscrita no CPF sob o nº 241.521.468-00, residente e domiciliada na Cidade de Lugano, Suíça, em Via Castausio 6, 6900, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração.

6.3.1. Com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que os conselheiros ora eleitos estão em condições de firmar as declarações de desimpedimento mencionadas no Artigo 147, § 4º, da Lei das S.A., que ficarão arquivadas na sede da Companhia.

6.3.2. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse no livro próprio e da declaração de desimpedimento, para os fins do Artigo 147 da Lei das S.A., no prazo de até 30 (trinta) dias contados da presente data.

6.4. Fazer constar que a administração da Companhia é remunerada conforme instrumento contratual arquivado na sede social.

NG

JM

EB

2

Clicksign 274fb302-d526-4292-91b2-3e5512ffac8e

JUCESP
30 06 25

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, a qual depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

Mesa:

Nerian Gussoni de Oliveira
Presidente

João da Cruz Mellão
Secretário

Acionistas:

LOGBRAS PARTICIPAÇÕES E DESENVOLVIMENTO LOGÍSTICO S.A.

Nerian Gussoni de Oliveira

João da Cruz Mellão

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BRASIL DESENVOLVIMENTO
DE PARQUES LOGÍSTICOS MULTIESTRATÉGIA**
(por sua gestora Ulbrex Asset Management Ltda.)

Eduardo Serar Bruni

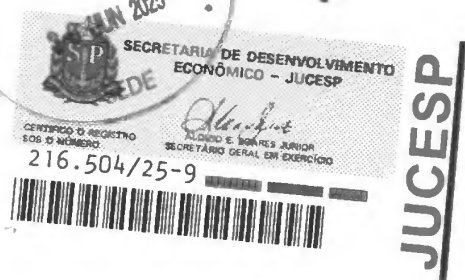


3

Clicksign 274fb302-d526-4292-91b2-3e5512ffac8e

Certifico o registro sob o nº 216.504/25-9 em 30/06/2025 da empresa LOGBRAS EMBU EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A., NIRE nº 35300436768, protocolado sob o nº 2388462253. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 271690078. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP



Certifico o registro sob o nº 216.504/25-9 em 30/06/2025 da empresa LOGBRAS EMBU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A., NIRE nº 35300436768, protocolado sob o nº 2388462253. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 271690078. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

DEMONSTRAÇÃO

14.251.438/0001-57 - LOGBRAS EMBU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.

| Demonstrações Contábeis Completas (DCC) | | | | |
|---|-------------|------------|-------------|-----------|
| Data de Início | Data de Fim | Publicação | Consolidada | Origem |
| 01/01/2024 | 31/12/2024 | 03/2025 | Não | Upload |
| Título | | | | Descrição |
| Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 | | | | |



**Logbras Embru Empreendimentos
Imobiliários S.A.**

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2024
com Relatório dos Auditores Independentes

ALF/KA/GS/DS
REL0149/2025

Certifico o registro sob o nº 216.504/25-9 em 30/06/2025 da empresa LOGBRAS EMBU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A., NIRE nº 35300436768, protocolado sob o nº 2388462253. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 271690078. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Índice

| | |
|---|----------|
| |3 |
| Demonstrações financeiras | |
| Balancos patrimoniais..... | 6 |
| Demonstrações do resultado..... | 8 |
| Demonstrações do resultado abrangente..... | 9 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... | 10 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa..... | 11 |
| | 12 |



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e acionistas da
Logbras Embu Empreendimentos Imobiliários S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Logbras Embu Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Logbras Embu Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

A Companhia contratou Cédula de Crédito Imobiliário (“CCI”) para captação de recursos utilizados na construção de empreendimento logístico, conforme Notas Explicativas nº 1 e nº 9. Atualmente, sua única fonte de receita operacional advém do contrato de arrendamento desse imóvel, firmado com um único cliente, implicando na sua alta dependência para manutenção e continuidade das atividades operacionais. Adicionalmente, evidenciamos o desequilíbrio financeiro entre os recursos gerados pelo arrendamento contratado e a amortização da CCI, corroendo a capacidade de pagamento no curto prazo, e contingencialmente comprometendo sua capacidade financeira a obrigações futuras. Essa situação indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

- A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras – Continuação

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2025.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.269/O-1



Alexandre De Labetta Filho
Contador CRC 1SP-182.396/O-2



Katia Batista Aguera Grillo da Silva
Contadora CRC 1SP-268.110/O-0



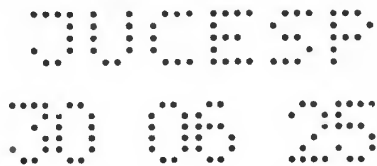
Logbras Embu Empreendimentos Imobiliários S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

| | | ATIVO | |
|--------------------------------------|-------|----------------|----------------|
| | Notas | 2024 | 2023 |
| Ativo circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 14 | 68 |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 485 | 646 |
| Aluguéis a receber | 6 | 1.698 | 1.625 |
| Impostos a recuperar | - | 111 | 77 |
| Outros ativos | - | 18 | 3 |
| Total do ativo circulante | | 2.326 | 2.419 |
| Ativo não circulante | | | |
| Propriedades para investimento | 7 | 149.400 | 145.420 |
| Total do ativo não circulante | | 149.400 | 145.420 |
| Total do ativo | | 151.726 | 147.839 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Logbras Embu Empreendimentos Imobiliários S.A.

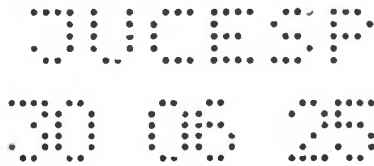
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Notas | 2024 | 2023 |
|--|-------|----------------|----------------|
| Passivo circulante | | | |
| Cédula de crédito imobiliário | 9 | 8.659 | 8.420 |
| Fornecedores | - | - | 6 |
| Obrigações tributárias | - | 78 | 71 |
| Contrato de mútuo - Partes Relacionadas | 8.a | 4.113 | 2.852 |
| Total do passivo circulante | | 12.860 | 11.349 |
| Passivo não circulante | | | |
| Cédula de crédito imobiliário | 9 | 46.599 | 50.217 |
| Dividendos a pagar | 11.d | 1.128 | 743 |
| Impostos diferidos | 12.b | 17.307 | 16.052 |
| Total do passivo não circulante | | 65.034 | 67.012 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 11.a | 50.117 | 50.117 |
| Reserva de lucros | 11.c | 23.725 | 19.361 |
| Total do patrimônio líquido | | 73.842 | 69.478 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 181.726 | 147.839 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Logbras Embu Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

| | Notas | 2024 | 2023 |
|---|-------|----------------|----------------|
| Receita operacional líquida | 13 | 9.777 | 9.169 |
| Receitas / (despesas) operacionais | | | |
| Despesas administrativas | 14 | (442) | (592) |
| Ajuste a valor justo das propriedades para investimento | 7 | 3.690 | 2.763 |
| Resultado antes do resultado financeiro e impostos | | <u>13.025</u> | <u>11.340</u> |
| Receitas / (despesas) financeiras | | | |
| Despesas financeiras | 15 | (7.101) | (7.405) |
| Receitas financeiras | 15 | 80 | 136 |
| | | <u>(7.021)</u> | <u>(7.270)</u> |
| Resultado antes dos impostos | | <u>6.004</u> | <u>4.070</u> |
| Imposto de renda e contribuição social - Diferido | 12.b | (1.255) | (940) |
| Lucro líquido do exercício | | <u>4.749</u> | <u>3.130</u> |
| Lucro líquido por ação (R\$) | | <u>0,095</u> | <u>0,062</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Logbras Embu Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

| | 2024 | 2023 |
|---|--------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício | 4.749 | 3.130 |
| Outros componentes do resultado abrangente | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | 4.749 | 3.130 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



LOGBRAS EMBU Empreendimentos Imobiliários
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exerc
em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

| Notas | Capital social subscrito | Reserva de lucros | | Tot |
|---|-----------------------------|-------------------|-------------------|-------|
| | | Reserva legal | Reserva de lucros | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 50.917 | 1.368 | 13.740 | |
| Cancelamento de dividendos mínimos obrigatórios | 11.d | - | - | 1.366 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - |
| Constituição de reserva legal | 11.d | 157 | - | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 11.d | - | - | - |
| Constituição de reserva de lucros | - | - | 2.230 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 50.917 | 2.025 | 17.336 | |
| Cancelamento de dividendos mínimos obrigatórios | 11.d | - | - | 743 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - |
| Constituição de reserva legal | 11.d | 237 | - | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 11.d | - | - | - |
| Constituição de reserva de lucros | - | - | 3.384 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 50.917 | 2.262 | 21.463 | |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOGBRAS EMBU Empreendimentos Imobiliários S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

| | 2024 | 2023 |
|--|----------------|----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Resultado antes dos impostos | 6.004 | 4.070 |
| Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais | | |
| Ajuste a valor justo de propriedades para investimento | (3.690) | (2.763) |
| Juros sobre cédula de crédito imobiliário | 6.467 | 7.075 |
| (Aumento)/ redução de ativos | | |
| Aluguéis a receber | (73) | (62) |
| Impostos a recuperar | (34) | 47 |
| Outros ativos | (15) | 50 |
| Aumento/ (redução) de passivos | | |
| Fornecedores | (6) | 1 |
| Obrigações tributárias | 7 | 12 |
| Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais | 8.660 | 8.430 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Redução em títulos e valores mobiliários | 161 | 197 |
| Aumento em propriedades para investimentos | (290) | (1.757) |
| Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (129) | (1.560) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | |
| Pagamentos do principal de cédula de crédito imobiliário | (6.356) | (5.806) |
| Pagamentos de juros sobre cédula de crédito imobiliário | (3.490) | (3.684) |
| Contas a pagar de partes relacionadas | 1.261 | 2.330 |
| Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | (8.585) | (7.160) |
| Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa | (54) | (290) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 68 | 358 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 14 | 68 |
| Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa | (54) | (290) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logbras Embu Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhões de R\$)

1. Contexto operacional

A Logbras Embu Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia" ou "Logbras Embu") foi constituída em 24 de agosto de 2011 e tem como atividade predominante o desenvolvimento, a comercialização e a exploração de empreendimentos imobiliários próprios, podendo participar de outras sociedades como acionista ou quotista. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo – SP.

A operação da Companhia consiste em desenvolver empreendimentos no sistema "Built-to-suit" de acordo com especificações demandadas pelos eventuais clientes. A Companhia é proprietária de imóvel comercial situado na Avenida Rotary, 1.720, com área total de 340.801,16 m² (Matrícula nº 724, 5.182 e 5.185 do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Embu), – Município de Embu das Artes - SP.

1.1. Descrição do projeto

Em 23 de janeiro de 2013, a Companhia assinou um contrato atípico de locação de imóvel comercial e outras avenças na modalidade "Built-to-suit", através do qual a Logbras Embu comprometeu-se a construir, em imóvel localizado em Embu das Artes, SP, um centro de distribuição adaptado à exata necessidade de ocupação do cliente, conforme especificações técnicas do cliente. O imóvel foi locado pelo prazo de 15 anos (180 meses), com possibilidade de prorrogação. O prazo locatício deu-se início em agosto de 2016.

A Companhia realizou em 15 de setembro de 2016 operação de securitização com emissão de Cédulas de Recáveis Imobiliários (CRIs) no montante de R\$68.373, tendo como lastro o contrato de locação, com vigência a partir de agosto de 2016 até julho de 2031. Como garantia para a referida operação foi efetuada a alienação fiduciária do imóvel.

Em 23 de maio de 2022, a Companhia assinou o quinto aditamento do contrato atípico de locação de imóvel comercial e outras avenças, com a expansão em área adicional correspondente 3.200m², com aluguel adicional no valor de R\$64 mensal, no mesmo período do referido contrato. A expansão foi entregue em novembro de 2022.

1.2. Plano da Administração para aumento de liquidez e fluxo de caixa da Companhia

Em 15 de setembro de 2016, a Companhia contratou Cédula de Crédito Imobiliário para captação de recursos no intuito de viabilizar a construção do Empreendimento logístico, correspondendo a 100% dos direitos creditórios decorrentes do contrato de locação.

Atualmente, a única fonte de recursos da Companhia, advém do contrato de arrendamento operacional do galpão logístico firmado com um único cliente, possuindo assim uma alta dependência para manutenção e continuidade das suas atividades e equilíbrio econômico-financeiro.

Logbras Embu Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional—Continuação

1.2 Plano de Administração para aumento de liquidez e fluxo de caixa da Companhia—Continuação

A Administração da Companhia, com base no plano de negócios e no resultado esperado de suas operações, prevê uma série de ações e perspectivas estratégicas para equilíbrio econômico-financeiro de suas operações, dentre as quais:

- Autorização para reversão de dividendos contabilizados nas demonstrações financeiras da Logbras Embu do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022;
- Obtenção de empréstimos com Parte Relacionada.

Os passivos relacionados a Cédula de Crédito Imobiliário (Nota Explicativa nº 9) estão integralmente registrados nas demonstrações financeiras, entretanto, as atuais práticas contábeis exigem que as receitas de aluguéis, bem como os aluguéis a receber devam ser registrados mensalmente pelo regime de competência. Isso ocasiona, nesse momento, um descasamento contábil entre ativo circulante e passivo circulante, mas que seria possível liquidar a referida dívida com o respectivo recebimento dos aluguéis.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei nº 6.604/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, de acordo com a NBC TG 1000, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, através das Resoluções nº 1.255/09, nº 1.285/10 e nº 1.319/10. Estes pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), através do CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das políticas contábeis materiais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Todos os valores apresentados nessas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 14 de fevereiro de 2025.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Uso de estimativas

As demonstrações financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise da recuperabilidade dos Imóveis a comercializar e dos demais riscos para determinação de outras provisões.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

- **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

- **Tributos**

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, seu desempenho pode ser adversamente afetado, independente do respectivo resultado final.

A Companhia é periodicamente fiscalizada por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia, nem que estas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3. Políticas contábeis materiais – Continuação

a) Uso de estimativas – Continuação

Valor da propriedade para investimento

Os valores justos são baseados nos valores de mercado, modelo proprietário de avaliação de fluxo de caixa a valor presente de cada propriedade, e no valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. Anualmente, a Companhia possui um processo de monitoramento de eventos que indicam que as estimativas de valor justo devem ser revistas, tais como: inauguração de novos projetos, aquisição de participação adicional ou alienação de parte de participação, variações significativas nas performances em comparação aos orçamentos, modificações no cenário macroeconômico entre outras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Se identificados tais indicativos, a Companhia ajusta suas estimativas refletindo as eventuais variações no resultado de cada exercício.

b) Apuração do resultado

Receita de aluguéis

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia registra sua operação de "Built-to-suit" como arrendamento mercantil operacional.

As receitas de aluguéis resultantes do arrendamento mercantil operacional da propriedade para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita é registrada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3. Políticas contábeis materiais – Continuação

3.6) Ajuste do resultado – Continuação

As despesas são representadas bancariamente por despesas administrativas e financeiras, as quais estão registradas pelo regime de competência.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e correção monetária sobre o financiamento bancário as quais estão registradas pelo regime de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das respectivas transações e com risco insignificante de mudança de seu valor. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado".

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos.

d) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos dos serviços diários das propriedades para investimento.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando as propriedades para investimento deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro de sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedades para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

As propriedades para investimento referem-se ao terreno e o empreendimento comercial constituído pela Companhia descrito na Nota Explicativa nº 7, os quais são classificados no ativo não circulante no subgrupo "Propriedades para investimento". Tais propriedades são registradas ao seu valor justo.

3. Políticas contábeis materiais – Continuação

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretos relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

f) Empréstimos e Financiamentos

Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

g) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiro

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3. Políticas contábeis materiais – Continuação

i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

ii) Provisões para demandas judiciais

Provisão para demandas judiciais são contabilizadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis pelos assessores legais da Companhia e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis não são provisionados, contudo, são divulgados, já aqueles avaliados como de perdas remotas não são provisionados, tampouco, divulgados.

k) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, aluguéis a receber e outros ativos, assim como empréstimos, cédula de crédito imobiliário, fornecedores, contas a pagar e contratos de mútuo com partes relacionadas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Atualmente, exceto pelo caixa e equivalente de caixa que são avaliados pelo valor justo por meio do resultado, os demais ativos financeiros que a Companhia possui instrumentos financeiros classificados como mensurado a custo amortizado. Os passivos financeiros que incluem financiamentos são classificados como passivos financeiros e mensurados a custo amortizado.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

3. Políticas contábeis materiais – Continuação

k) Instrumentos financeiros – Continuação

i. Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Ativos financeiros não derivativos

i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado uma vez que a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como *incomdos*.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo destes ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3. Políticas contábeis materiais – Continuação

k) Instrumentos financeiros – Continuação

Passivos financeiros não derivativos

i. Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

l) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

Em 2024 e 2023, a Companhia optou pelo regime de lucro real.

Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Regime do lucro real

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável em cada exercício fiscal.

Impostos diferidos

Quando aplicável, o imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. O saldo dos impostos diferidos referem-se a ajuste a valor justo das propriedades para investimento.

3. Políticas contábeis materiais – Continuação

m) Impostos sobre as receitas

A receita de aluguel da propriedade para investimento está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| Impostos e contribuições | Sigla | Alíquotas |
|---|--------|-----------|
| Programa de Integração Social | PIS | 1,65% |
| Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social | COFINS | 7,6% |

Estes encargos são apresentados como deduções da receita de aluguel, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 12.

n) Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 – inciso VII da Lei nº 6.404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações financeiras).

o) Demonstrações do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)).

p) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024 ou após

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vez em 2024 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes. As práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), não sofreram alterações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2024 | 2023 |
|------------------------|------|------|
| Caixa e bancos | 5 | 1 |
| Aplicações financeiras | 9 | 67 |
| | 14 | 68 |

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras. As aplicações referem-se substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), sendo resgatáveis em prazo inferior a 90 dias e com remuneração média de 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), com liquidez diária, sem multas, restrições ou alterações no percentual de rentabilidade por resgate antecipado.

5. Títulos e valores mobiliários

| | 2024 | 2023 |
|------------------------|------------|------------|
| Aplicações financeiras | 485 | 646 |
| | 485 | 646 |

Os títulos e valores mobiliários são representados pela parcela de garantia mantida pela Companhia para manutenção da adimplência da cédula de crédito imobiliário, em uma eventual falta pela locatária por aproximadamente dois meses de locação.

6. Aluguéis a receber

| | 2024 | 2023 |
|--------------------|--------------|--------------|
| Aluguéis a receber | 1.698 | 1.625 |
| | 1.698 | 1.625 |

Representado pelo saldo a receber do aluguel do imóvel (vide informações descritas na Nota Explicativa nº 1), sendo que em 15 de setembro de 2016, a TRX Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. (empresa relacionada) estruturou as emissões das Cédulas de Créditos Imobiliários descritos na Nota Explicativa nº 9 e, conseqüentemente, passou a exercer a gestão dos aluguéis a receber e dos pagamentos das Cédulas de Créditos Imobiliários. Os recebíveis não foram desconhecidos pela Companhia, em decorrência de coobrigação.

A Companhia não possui parcelas em atraso de longo prazo dos aluguéis descritos acima, sendo assim não existe a necessidade de provisão para devedores duvidosos.

A Companhia contratou arrendamento de propriedade comercial para sua carteira de propriedades para investimento. Este arrendamento, não cancelável, apresenta prazo remanescente com duração de aproximadamente 10 anos. O arrendamento contempla uma cláusula para possibilitar a revisão dos valores dos aluguéis, de acordo com as condições de mercado.

Os aluguéis mínimos futuros a receber não contabilizados de acordo com os arrendamentos mercantil operacional não cancelável em 31 de dezembro de 2024, são os seguintes:

| | 2024 | 2023 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| Dentro de um ano | 11.028 | 10.620 |
| Após um ano, mas menos de cinco anos | 44.112 | 42.480 |
| Mais de cinco anos | 17.461 | 27.435 |
| | 72.601 | 80.535 |

7. Propriedades para Investimento

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------|----------------|----------------|
| Terreno | 28.000 | 28.000 |
| Custos de terreno | 536 | 536 |
| Edificações / construções | 69.962 | 69.672 |
| Ajuste a valor justo | 50.902 | 47.212 |
| | 149.400 | 146.420 |

Sua movimentação pode ser assim apresentada:

| Movimentação das propriedades para investimento | 2024 | 2023 |
|---|----------------|----------------|
| Saldo inicial em 1º de janeiro | 145.420 | 140.900 |
| Adições | 290 | 1.757 |
| Ajuste valor justo | 3.690 | 2.763 |
| Saldo em 31 de dezembro | 149.400 | 146.420 |

Para mensuração do valor justo das propriedades para investimentos, conforme os laudos de avaliação elaborado pelo avaliador independente – Colliers Internacional do Brasil e foram utilizados os seguintes dados principais:

| Técnica de valorização | Dados significativos não observáveis | 2024 | 2023 |
|-----------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | | Terreno de expansão | Terreno de expansão |
| Método comparativo direto | Área total | 36.766,75 m ² | 36.766,75 m ² |
| | Valor unitário de Venda | R\$ 800,85/m ² | R\$ 881,28/m ² |
| Valor justo - Terreno de expansão | (Em números redondos) | R\$ 29.400 | R\$ 32.401 |

| Técnica de valorização | Dados significativos não observáveis | 2024 | 2023 |
|-------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | | Galpão | Galpão |
| Método de fluxo de caixa descontado | Valor do aluguel mensal atualizado | R\$ 919 | R\$ 885 |
| | Área de locação | 17.789,15 m ² | 17.789,15 m ² |
| | Comissão de venda | 2,00% | 1,00% |
| | Prazo locatício | 180 meses | 180 meses |
| | Taxa de desconto | 8,75% | 9,5% |
| Valor justo - Galpão | | R\$ 120.000 | R\$ 113.019 |
| Valor justo - Total | | R\$ 149.400 | R\$ 145.420 |

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 3a) e 3d), as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo.

O valor do terreno em expansão é avaliado anualmente pelo método comparativo direto. A avaliação é efetuada através de laudos específicos preparados por especialistas do setor imobiliário - Colliers Internacional do Brasil e que levam em conta o valor de venda de mercado, deduzidos de custos de vendas.

O valor do imóvel em locação, é avaliado anualmente pelo método do fluxo de caixa descontado, o valor justo é estimado utilizando as premissas referentes aos benefícios e passivos da titularidade em relação à vida dos ativos, incluindo valor de saída ou final. Este método envolve a projeção de uma série de fluxos de caixa sobre participação em bens imóveis. Para essa série de fluxos de caixa descontado é aplicada uma taxa de desconto derivada do mercado para constituir o valor presente do fluxo de receita associado com o ativo. A taxa final é normalmente apurada separadamente e difere da taxa de desconto.

7. Propriedades para investimento - Continuação

A duração do fluxo de caixa e a época específica dos fluxos de entrada e saída são determinadas por eventos tais como recebimentos de aluguel, renovação de arrendamento e correspondente relocação, readequação ou reforma. A adequada duração é geralmente determinada pelo comportamento de mercado, característico da classe de imóveis. O fluxo de caixa do período é geralmente estimado como lucro bruto menos custos de vacância, despesas não recuperáveis, perdas no recebimento, incantivos de arrendamento, custo de manutenção, custos de agenciamento e comissão e outras despesas operacionais e administrativas. A série de lucro operacional líquido periódico juntamente com uma estimativa do valor final previsto ao final do período de projeção são então descontadas.

Aumentos (reduções) significativos no valor do aluguel estimado, taxa de vacância de longo prazo, taxa de desconto (taxa de capitalização) e crescimento de aluguel por ano isoladamente resultariam em um valor justo significativamente mais alto (mais baixo) das propriedades.

Geralmente, uma mudança na premissa feita para o valor de aluguel estimado traz consigo:

- Uma mudança semelhante no crescimento do aluguel por ano e na taxa de desconto (e taxa final);
- Uma mudança oposta na taxa de vacância de longo prazo.

8. Partes relacionadas

São efetuadas transações entre as empresas do Grupo Logbras de acordo com características próprias acordadas entre as partes as quais podem ser diferentes das condições usuais de mercado.

a) Contratos de mútuo

Referem-se as operações de empréstimos na forma de mútuos em conta corrente, com vencimento em até dois anos, acrescido de juros de 102% do CDI.

| Passivo | 2024 | 2023 |
|--|--------------|--------------|
| Logbras Cabreúva Empreendimentos Imobiliários S.A. | 4.113 | 2.852 |
| | <u>4.113</u> | <u>2.852</u> |

b) Remuneração da diretoria

O estatuto social da Companhia prevê remuneração para a sua Diretoria os quais são rateados entre as empresas do Grupo Logbras.

9. Cédula de Crédito Imobiliário

| Descrição | Encargos | 2024 | 2023 |
|-------------------------------------|----------|---------------|---------------|
| Cédula de Crédito Imobiliário - CCI | 6,15% | 57.039 | 60.892 |
| Custos de captação | | (1.781) | (2.255) |
| | | 55.258 | 58.637 |
| Circulante | | 8.659 | 8.420 |
| Não circulante | | 46.599 | 50.217 |

Em 15 de setembro de 2016, a Logbras Embu emitiu uma única Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) do tipo fracionária, no valor de R\$ 103.500, sem garantia real imobiliária e sob a forma escritural, correspondendo a 100% dos direitos creditórios decorrentes do contrato de locação atípica firmado em 23 de janeiro de 2013 pelo prazo de 180 meses a partir de agosto de 2016. A CCI será paga mensalmente no valor de R\$ 575, com reajuste anual pela variação do IPCA/IBGE.

Na mesma data da emissão da CCI, a Logbras Embu firmou um contrato de cessão com a TRX Securitizadora de Créditos Imobiliários (TRX Securitizadora – parte relacionada), tendo como objeto a cessão da totalidade da cédula de crédito imobiliário representados pela CCI para vinculá-los à operação de securitização. A cessão foi de R\$ 68.373 (R\$ 62.717 líquido dos custos de transação). Por consequência do contrato de cessão, foi assinado o termo de securitização entre a TRX Securitizadora e o agente fiduciário, visando vincular os créditos imobiliários representados pela CCI aos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da 13ª Série da 1ª Emissão da TRX Securitizadora em regime fiduciário.

Como garantia da adimplência do CCI, a Companhia possui uma conta de aplicação financeira vinculada (Nota Explicativa nº 5), na qual retém aproximadamente dois meses de locação para suprir eventuais atrasos ou não recebimento dos aluguéis.

A seguir, as principais características do CRI:

- **Data de emissão:** 15 de setembro de 2016;
- **Quantidade:** 68.308;
- **Valor nominal unitário:** R\$ 1;
- **Forma de pagamento:** Mensal, sendo o primeiro pagamento em 18 de outubro de 2016 e último pagamento em 14 de outubro de 2031 (180 meses);
- **Encargos:** Juros de 6,15% ao ano e atualização monetária anual com base na variação acumulada do IPCA/IBGE;
- **Garantia:** Alienação fiduciária do imóvel adquirido pela Logbras Embu.

| Período | 2024 R\$ | 2023 R\$ |
|--------------|---------------|---------------|
| Até 12/2024 | - | 8.420 |
| Até 12/2025 | 8.659 | 7.167 |
| Até 12/2026 | 7.370 | 5.986 |
| Após 01/2027 | 39.229 | 37.064 |
| Total | 55.258 | 58.637 |

Nos contratos não estão previstas cláusulas de vencimento antecipado ("covenants") atreladas com índices financeiros da Companhia.

10. Provisão para demandas judiciais

10.1. Perdas prováveis

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não existiam processos de natureza legal, administrativas e cíveis, movidos contra a Companhia, cuja probabilidade de perdas fosse avaliada como prováveis, conforme representado pelos consultores jurídicos e pela Administração.

10.2. Perdas possíveis

Os processos classificados como perda possível pelos assessores jurídicos referem-se, basicamente, a um Inquérito Civil movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e ao Auto de Infração Ambiental expedido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e do Meio Ambiente, em decorrência de suposto desmatamento irregular em área de preservação permanente.

Referida área de preservação permanente foi invadida por terceiros e a Companhia, por meio de Ação de Reintegração de Posse, está tomando medidas para recuperar a parcela do imóvel de sua titularidade.

Os assessores jurídicos consideram que o risco de multa ou outros procedimentos administrativos/judiciais para responsabilização da Companhia pelo dano ambiental causado é possível. Considerando o status dos processos judiciais em curso não é possível estimar o valor envolvido.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é de R\$ 50.117, composto por 50.117.244 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

| Acionista | % | R\$ |
|---|------------|---------------|
| Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A | 70 | 35.082 |
| Fundo de Investimento em Participações Brasil | 30 | 15.035 |
| Desenvolvimento de Parques Logísticos Multiestratégia | | |
| | 100 | 50.117 |

b) Reserva legal

Constituída a alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

c) Reserva de lucros

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

11. Patrimônio líquido – Continuação

d) Destinação dos lucros

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras no final do exercício social, com base em seu estatuto social.

De acordo com o estatuto social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, desde que aprovado pela Logbras.

| Destinação do lucro líquido do exercício | 2024 | 2023 |
|--|---------|-------|
| Lucro líquido do exercício | 4.749 | 3.130 |
| Base para constituição das reservas | 4.749 | 3.130 |
| Constituição de reserva legal 5% | (237) | (157) |
| Lucro líquido ajustado | 4.512 | 2.973 |
| Dividendos propostos 25% | (1.128) | (743) |
| Lucro a ser deliberado em assembleia (reserva de lucros) | 3.384 | 2.230 |

Cancelamento de dividendos mínimos obrigatórios propostos em 2022

A Assembleia Geral Ordinária Instalada em 30 de maio de 2023 os acionistas aprovaram por unanimidade de votos, em razão das necessidades de caixa da Companhia, a retenção de todo o lucro líquido do exercício de 2022 de forma que montante de R\$ 1.366 destinado como dividendo mínimo obrigatório, não seja distribuído e sim mantido em conta de reserva de lucros para futuro aproveitamento.

Cancelamento de dividendos mínimos obrigatórios propostos em 2023

A Assembleia Geral Ordinária instalada em 10 de julho de 2024 os acionistas aprovaram por unanimidade de votos, em razão das necessidades de caixa da Companhia, a retenção de todo o lucro líquido do exercício de 2023 de forma que montante de R\$ 743 destinado como dividendo mínimo obrigatório, não seja distribuído e sim mantido em conta de reserva de lucros para futuro aproveitamento.

12. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da taxa efetiva

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal cobrada de IR e CS nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está descrita a seguir:

| Regime de tributação - lucro real | 2024 | 2023 |
|---|---------|---------|
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | 8.004 | 4.070 |
| (-) Ajuste de valor justo | (3.690) | (2.763) |
| (-) Excluídos | (2.616) | (2.230) |
| Base para cálculo | (302) | (923) |
| (x) Alíquota fiscal vigente | 34% | 34% |
| Expectativa de imposto de renda e contribuição social | - | - |
| (=) Imposto de renda e contribuição social no resultado | - | - |
| Alíquota efetiva | - | - |

12. Imposto de renda e contribuição social – Continuação

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social e sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos, bem como sobre a aplicação dos pronunciamentos contábeis.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social:

| Origem do imposto diferido | 2024 | 2023 | Efeito no exercício |
|---|---------------|---------------|---------------------|
| Valor justo de propriedades para investimento | 50.902 | 47.212 | |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | 12.726 | 11.803 | 923 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido | 4.581 | 4.249 | 332 |
| | <u>17.307</u> | <u>16.052</u> | <u>1.256</u> |

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social era de R\$ 23.034 (R\$ 22.732 em 2023), cujo efeito não está registrado nas demonstrações financeiras. O correspondente crédito tributário de R\$ 7.832 (R\$ 7.728 em 2023) não foi registrado por ainda não serem atendidas todas as premissas necessárias para o seu reconhecimento.

13. Receita operacional líquida

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------|--------------|--------------|
| Receita bruta de aluguéis | 10.778 | 10.107 |
| Impostos sobre receitas | (1.001) | (938) |
| | <u>9.777</u> | <u>9.169</u> |

14. Despesas administrativas

| | 2024 | 2023 |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| Salários e encargos (a) | (311) | (86) |
| Assistência jurídica | (179) | (169) |
| Serviços técnicos | (77) | (152) |
| IPTU | (46) | (93) |
| Manutenção predial | (42) | (266) |
| Materiais e serviços de informática | (27) | (12) |
| Outras receitas/despesas | 240 | 186 |
| | <u>(442)</u> | <u>(592)</u> |

(a) O Grupo Logbras realiza o rateio e alocação dos custos com salários com base no tempo efetivamente despendido pelos colaboradores na gestão operacional. Esse método de rateio busca refletir de maneira justa e precisa a distribuição dos custos. No exercício de 31 de dezembro de 2024, houve um maior envolvimento na gestão operacional da Companhia, justificando o aumento do custo.

15. Receitas e despesas financeiras

| | 2024 | 2023 |
|---|----------------|----------------|
| Rendimentos de aplicação financeira | 64 | 98 |
| Juros e multa recebidos | 16 | 36 |
| Total das receitas financeiras | 80 | 134 |
| Juros sobre cédula de crédito imobiliário | (6.467) | (7.075) |
| Despesas bancárias | (3) | (38) |
| Imposto sobre operações financeiras | - | (2) |
| Outras | (631) | (289) |
| Total das despesas financeiras | (7.101) | (7.404) |
| Resultado financeiro líquido | (7.021) | (7.270) |

16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são descritos a seguir:

| | 2024 | 2023 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Ativo - custo amortizado | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 14 | 68 |
| Títulos e valores mobiliários | 485 | 646 |
| Aluguéis a receber | 1.698 | 1.625 |
| | 2.197 | 2.339 |
| Passivo - custo amortizado | | |
| Cédula de crédito imobiliário | 55.258 | 58.637 |
| Fornecedores | - | 6 |
| Contrato de mútuo | 4.113 | 2.852 |
| Dividendos a pagar | 1.128 | 743 |
| | 60.499 | 62.238 |

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como, aluguéis a receber, contas a receber e contas a pagar com partes relacionadas, cédula de crédito imobiliário, fornecedores, aplicações financeiras e caixa e bancos mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

Risco de crédito

É a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com suas contrapartes nos negócios realizados, que as levam a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. A gestão desse risco é considerada desde a estruturação da operação de "Built-to-suit", pela análise de crédito da contraparte locatária do imóvel. Adicionalmente, quando aplicável, os instrumentos de formalização de contratos poderão fazer jus a garantias específicas, tais como: avais, coobrigações, hipotecas, fianças bancárias, entre outras, aderentes ao negócio. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação.

16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

| Próximo | Cidade de crédito imobiliário | | Atuaram e receber | | | | Taxa contratual - CDI | | Valor presente | |
|-----------------------|-------------------------------|----------|----------------------|--------------------|----------------------------|-----------------|-----------------------|---------|----------------|---------------|
| | 31/12/2024 | Único | Prazo de recebimento | Parcelas a receber | Valor da parcela a receber | Saldo a receber | Anual | Mensal | | |
| Logbras Embu | 57.039 | 16/10/18 | 14/10/31 | Mensal | 79 | 819 | 72.001 | 8,1532% | 0,4388% | 56.981 |
| Outros CR Imobiliário | 11.781 | | | | | | | | | |
| Total | 68.820 | | | | | | 72.001 | | | 69.881 |

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

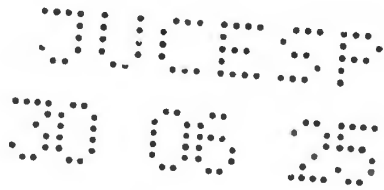


PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **LOGBRAS EMBU EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Casa do Ator, 559, sala 08, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04546-000 no CNPJ sob nº 14.251.438/0001-57, por seu representante legal abaixo assinado (denominada "Outorgante"), nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **GISELE SANTOS DE GOUVEIA CHAGAS**, brasileira, casada, portadora do RG nº 34.965.498-0 e CPF nº 298.276.148-35; **RAFAELA DONELLI RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileira, casada, portadora do RG nº 30.764.848-5 e CPF nº 286.861.638-07; **RODRIGO SANTOS TOMAS**, brasileiro, casado, portador do RG: 48.347.165-3 e CPF nº 228.132.038-31; **RENAN CUNHA RAMOS**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 50.881.597-6 e CPF nº 490.556.658-43; **RAFAEL CHAGAS**, brasileiro, casado, portador do RG nº 37.526.943-5 e CPF nº 438.513.568-10; **JÉSSICA BEZERRA DOS SANTOS ESTEVÃO**, brasileira, casada, portadora do RG nº 47.349.176-x e CPF nº 391.230.808-09; **MAURICIO MENDES MARTINS**, brasileiro, casado, portador do RG nº 28.884.726-X e CPF nº 309.405.388-22; e **RENATA DONELLI**, brasileira, casada, portadora do RG nº 30.764.846-1 e CPF nº 259.299.368-11 (denominados "Outorgados"), integrantes do escritório **OPEN SERVIÇOS PARALEGAIS LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Amador Bueno da Veiga, nº 1230, 6º andar, sala 616, Penha, CEP 03636-100, com CNPJ sob o nº 28.321.259/0001-53, para isoladamente e independentemente da ordem de nomeação, representar a Outorgante perante as repartições e órgãos públicos federais, estaduais, municipais, juntas comerciais, cartórios, registro de imóveis, conselhos regionais e órgãos de classe, nos Estados e Cidades onde a Outorgante possui ou que venha a possuir estabelecimentos (matriz e filiais), bem como no Distrito Federal, com fins específicos para assinar requerimentos, formulários, petições, Documento Básico de Entrada – DBE, protocolar e acompanhar processos de inscrições, alterações e baixas de estabelecimentos, solicitar licenças, dar vistas, acompanhar e desarquivar processos, preencher e assinar guias e formulários, tais como Redarf, Ajuste de GPS, Realocação de Débitos, cadastrar/alterar senha on-line, solicitar processo eletrônico, solicitar, retirar Certidões Negativas e/ou Positivas de Débitos, solicitar pesquisas de situação fiscal e cadastral, retirar 2ªs vias

898721v2

Clicksign 1bff9a78-c97a-42e4-9c0e-271842dce7e8



de documentos, preencher, protocolar e alterar Pedidos de Autorização para retificação do arquivo da EFD ICMS/IPI e tudo o que mais necessário for para o bom e fiel desempenho desse mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte. O presente mandato tem validade de 01 (um) ano a contar da data da assinatura.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2025.

LOGBRAS EMBU EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.,

Nerian Gussoni de Oliveira

CPF: 151.946.018-08

João da Cruz Mellão

CPF: 316.483.188-94

898721v2

Clicksign 1bff9a78-c97a-42e4-9c0e-271842dce7e8

Certifico o registro sob o nº 216.504/25-9 em 30/06/2025 da empresa LOGBRAS EMBU EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A., NIRE nº 35300436768, protocolado sob o nº 2388462253. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/07/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 271690078. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
Declaração de Autenticidade

Eu **Rodrigo Santos Tomas**, com inscrição ativa no CRC/SP sob o nº **314892/O-0**, expedida em 30.10.2015, inscrito no CPF nº 228.132.038-31, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados:

Documentos apresentados:

- 1 - 1 (uma) cópia da Carteira Profissional - CRC do Sr. **RODRIGO SANTOS TOMAS** (1 página);
- 2 - 1 (uma) via da Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30.04.2025 da sociedade **Logbras Embu Empreendimentos Imobiliários S.A.** (37 páginas); e
- 3 - 1 (uma) via da procuração outorgada pela sociedade **Logbras Embu Empreendimentos Imobiliários S.A.** aos integrantes da Open Serviços Paralegais Ltda. (4 páginas).

São Paulo, 25 de junho de 2025.



Rodrigo Santos Tomas
(contador)